



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14760 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GE Educação e Povos Indígenas

FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS: UMA FORMAÇÃO DE MÃO DUPLA: UNIVERSIDADE E COMUNIDADE INDÍGENA

Maria Aparecida Rezende - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Maria Aparecida Rezende - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Agência e/ou Instituição Financiadora: não

FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS: UMA FORMAÇÃO DE MÃO DUPLA: UNIVERSIDADE E COMUNIDADE INDÍGENA

O texto é um convite à reflexão de um problema que os cursos de formação de professores indígenas vêm enfrentando, a formação de professores(as) indígenas de mão única. O objetivo é despertar as universidades para um debate acerca dos cursos de formação inicial e continuada oferecidas para os professores indígenas, bem como propor uma formação de mão dupla para a formação de professores indígenas e docentes não indígenas, entendendo que ambas as categorias estão em formação, provocando uma formação intercultural? Metodologicamente o texto perpassa pela compreensão dos estudos que autora vem realizando acerca da fenomenologia de Merleau-Ponty, dialogando com Freire e com intelectuais indígenas como base principal. Em especial, leituras que foram lições complementares à minha formação de uma educação diferente da educação do ocidente. Daniel Munduruku; Gersem Baniwa; Ailton Krenak; Eliana Potiguar, Eloy Terena e outras magníficas obras de escritores indígenas foram minhas inspirações na busca do conhecimento da ancestralidade indígena. As informações que trago, além das leituras, são experiências vivenciadas em algumas comunidades indígenas e etnias, porém aqui o recorte é para a etnia *A'uwẽ Uptabi*, conhecido como povo Xavante, limito também para a Terra Indígena Pimentel Barbosa que é do meu convívio desde 1998. E como diz Conceição Evaristo a

“escrevivência” flui porque tem vida, cheiro e cor. Tem sentimentos e ações. O que me instiga a escrever essa problemática é a angústia de saber que ainda persiste nas universidades o desejo de ser ciência maior, de ensinar sempre, de formar opiniões aos moldes oferecidos pelo ocidente de um país capitalista e se mostrar superior. Esse texto é uma chamada para considerar outras formas de pensar a formação de professores, sendo a formação de mão dupla o destaque deste diálogo.

Para falar desta formação inicial ou continuada oferecidas nos moldes da educação escolar, é importante dar destaque a uma outra formação: a formação da pessoa indígena. A educação é a palavra-chave que forma as pessoas. Nas universidades, os docentes formadores sobrevivem de teorias, talvez por isso não há tempo de aprender outras teorias formativas que podem contribuir com a formação docente para além da sala de aula e do espaço escolar.

A formação inicial tem em suas diretrizes a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que orientam a organização curricular; dos conhecimentos, das metodologias desenvolvidas; dos direitos e deveres; do respeito à diversidade; enfim, um cabedal de direcionamento que não faltam fundamentos pedagógicos, teórico-metodológicos para a elaboração de qualquer Projeto de Curso, mesmo assim não resolve o problema que vai desde a escrita até a execução dos projetos pedagógicos da formação inicial para professores indígenas. O Curso desenvolvido pelas universidades é destinado para os professores indígenas, mas ainda com semelhanças dos cursos escritos e desenvolvidos para os professores não indígenas. Uma das definições de formação inicial (Brasil, 2015b) é “àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação”. Mas também vale para o ensino superior, várias legalidades que facilita a escrita e ação de outra formação que seja voltada e vista para o cotidiano dos povos indígenas.

A formação continuada, de acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020, em sua Meta 16 do PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, é “entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho”. A Resolução, mostra a importância da profissionalização da docência da educação básica, para desenvolver sua prática social e qualificação para o trabalho. No caso indígena, esse trabalho seria o magistério e agente de saúde. A Resolução oferece algumas garantias legais para obter a autonomia de elaborar bons planejamentos de acordo com a necessidade de cada povo indígena, mas o problema se repete por ser cursos preparados nos moldes prontos advindos de instituições responsáveis pelos cursos de formação continuada.

A formação da pessoa em cada povo indígena é responsabilidade das comunidades. Elas sabem que homem e mulher precisam formar e para qual sociedade. No caso dos *A'uwẽ uptabi* o homem passa um ciclo de vida de 5 anos na casa de formação nominada *Hö*. Para ser um bom *A'uwẽ uptabi* ele vai depender do comprometimento do seu padrinho que o educará e

responsabilizará pela sua educação sob os olhos atentos dos idosos. Exercem a pedagogia da escuta, especialmente ao ouvir os conselhos dos idosos, ser um bom homem, de preferência um bom caçador, um bom esposo, um bom filho, aprender todas as questões éticas da educação do povo *A'uwẽ uptabi*. No interior dessa casa ele valorizam todos os trabalhos em grupo, aprendem a necessária convivência harmoniosa com a natureza. Nessa formação, o grupo é o provedor de seu alimento o que facilita a divisão do mesmo, pouco ou muito é tudo dividido. Naquele espaço tão pequeno, em que se acomoda diversos meninos-homens que vão crescendo e apreendendo as lições repassadas de geração a geração e se fazendo *A'uwẽ uptabi* no cumprimento das suas leis, religiosidade e rituais que marcam ciclos importantes. Assim sendo, ao sair daquele espaço formativo, masculino, o menino aprende a ser um bom homem *A'uwẽ uptabi*. Do lado de fora, as meninas cumprem a mesma jornada formativa, ao lado da mãe, das avós, elas vão se formando uma boa mulher *A'uwẽ uptabi*. Reúne-se nessa formação, ética, compromisso e planejamento do ato formativo. Seguem os mesmos processos metodológicos, com rituais e atividades pontuais para cada momento, tudo muito bem-organizado e avaliado pelo *Warã*, reunião dos homens de planejamento e avaliação do dia. As reuniões ocorrem pela manhã antes do nascer do sol e depois ao anoitecer assim que a noite começa a aparecer.

Apresentei as três formações e suas preocupações. Pensemos nas duas formações realizadas pela cultura escolar. Ambas são diferentes uma da outra, mas se comunicam durante sua execução, mas não consegue entrelaçar a relação formativa com os processos de ensino e aprendizagem de cada povo. As legislações permitem mudanças curriculares de acordo com as diversidades culturais e modo de ser e viver. Por isso queremos trazer para o diálogo algumas sugestões que podem contribuir com um novo pensar de cursos de formação inicial e continuada para professores indígenas e docentes não indígenas que trabalham nessa formação.

Ao elaborar um projeto de curso, em especial de formação inicial, é preciso compreender que não são as universidades que escrevem a proposta. É necessária uma equipe de trabalho para essa escrita que é mais uma escrevivência conforme entende Conceição Evaristo e nesse refazer epistemológico, considera-se a importância de professores(as) membros da etnia, mestres dos saberes indígenas ser parte desta equipe. Essa formação é de mão dupla: estudantes indígenas e docentes não indígenas das instituições formativas devem fazer parte de um mesmo processo formativo. O chamado “tempo universidade”, período em que os estudantes indígenas estão estudando os conhecimentos da ciência ocidental, conteúdos programáticos escolhidos e específicos para os povos indígenas. Por outro lado, no período “tempo intermediário” quando os estudantes estão cumprindo suas atividades junto às suas comunidades, os docentes da universidade devem ficar nas comunidades envolvidas, pelo mesmo período que os estudantes ficaram na universidade em formação, aqui também é o lugar de formação. Mas o objetivo não é cumprir uma jornada de supervisionar ou acompanhar as atividades universitárias como é o costume das formações e sim aprender com aquele povo, a ciência dos povos envolvidos, assim o curso vai se fazendo e qualificando ao

mesmo tempo em que ambos aprendem com as duas ciências: ciência indígena e ciência ocidental. Nesse aprendizado é possível trilhar pelos caminhos de um curso intercultural, em que ambos dialogam as necessidades e demandas das duas ciências, sem que uma sobreponha a outra.

Desse modo, esse texto traz uma proposta inédita, de quem vem estudando as vivências do povo *A'uwẽ uptabi*, e percebendo que, mesmo com algum êxito, os estudantes indígenas saem com um curso superior fragilizado para atender as exigências que requer para se tornar um(a) professor(a) correspondentes as reivindicações das comunidades indígenas. Esse profissional tem dupla responsabilidade: o de dar conta do “ensinar a ler, escrever, interpretar” na língua portuguesa (essa é a língua de domínio dos cursos geralmente), além de ensinar na escola a cultura escolar, precisa preocupar-se com a sua ciência, sua língua, seus costumes, sua religiosidade (a espiritualidade de cada povo), além de acompanhar as lideranças para conversar com o mundo ocidental (reivindicar seus direitos ao prefeito(a); governador(a), enfim, responder ao papel político do docente indígena.

Para os povos indígenas, esse(a) profissional deve aprender a elaborar desde um ofício à elaboração de projetos que buscam financiamento para desenvolver as atividades necessárias de cada comunidade, mas isso não tem se mostrado nas práticas do cotidiano das comunidades. É necessário que cada docente, no mínimo antes de se envolver numa formação, ler teses e dissertações de cada povo para aprender como relacionar-se com os diferentes costumes. A partir daí, quem vai formar esse docente é a própria comunidade. São provocações que devemos enfrentar desde o orçamento de recursos para criar um curso de formação de professores indígenas, seja inicial ou continuada, insisto, essa formação deve ser de mão dupla.

Palavras-Chave: Formação Continuada. Formação Inicial. Educação. Formação de Professores Indígenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

BRASIL, Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020.

DORRICO, Julie et al. **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: criação, crítica e recepção.** Editora Fi. RS: Porto Alegre, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca

Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo** organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GRUPIONI, Luis Donisete B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 1991.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

REZENDE, Maria Aparecida. **A organização social e educativa das mulheres da aldeia Pimentel Barbosa: uma etnografia das educadoras piõ A'uwẽ (mulheres Xavante)**. Tese (doutorado)-Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá. 2012.

REZENDE, Maria Aparecida. Fenomenologia merleau-pontyana: mulheres Xavante e os processos metodológicos da pesquisa. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 25, n. 60, p. 749-765, set./dez. 2016.

SANTOS, Luciano Gersem dos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.